

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 7/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL**

Aos 7 dias do mês de outubro de 2020, pelas 9 horas e 30 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

[formato presencial e por videoconferência]

**09:30 Horas**

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Anúncio de projetos de voto que baixaram à Comissão;**
3. **Apreciação e votação do parecer solicitado pelo Presidente da Assembleia da República sobre a constitucionalidade, nomeadamente quanto ao cumprimento dos requisitos de admissibilidade, do Projeto de Revisão Constitucional n.º 3/XIV/2.<sup>a</sup> (CH) - Altera diversas normas constitucionais - Relatora: Deputada Isabel Alves Moreira (PS)**
4. **Apreciação e votação do parecer sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
  - **Projeto de Lei n.º 505/XIV/1.<sup>a</sup> (PSD) - Alarga o voto antecipado aos eleitores que se encontrem em confinamento obrigatório no âmbito de uma situação de grave risco para a saúde pública, procedendo à vigésima segunda alteração à Lei Eleitoral do Presidente da República, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, à décima sétima alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia da República, aprovada pela Lei n.º 14/79, de 16 de maio, à décima alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a eleição para os titulares dos órgãos das autarquias locais, à sétima alteração à Lei n.º 15-A/98, de 3 de abril (Lei Orgânica do regime do referendo), à primeira alteração ao Regime jurídico do referendo regional na Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Lei Orgânica n.º 2/2015, de 12 de fevereiro, e à quarta alteração ao Regime jurídico do referendo local, aprovado pela Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto;**
  - **Projeto de Lei n.º 547/XIV/1.<sup>a</sup> (PS) - Altera disposições das leis eleitorais para o Presidente da República, a Assembleia da República e dos órgãos das autarquias locais, as leis orgânicas do regime do referendo e do referendo local e o regime jurídico do recenseamento eleitoral, alargando o voto em mobilidade e simplificando e uniformizando disposições transversais à realização de atos eleitorais e referendários;**
  - **Projeto de Lei n.º 549/XIV/1.<sup>a</sup> (PS) - Estabelece um regime excecional de voto antecipado na eleição do Presidente da República para os eleitores a quem foi decretado confinamento obrigatório, decorrente da epidemia SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, no respetivo domicílio ou noutro local definido pelas autoridades de saúde que não em estabelecimento hospitalar - Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS);**
5. **Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 49/XIV/1.<sup>a</sup> (GOV) - Promove a simplificação de diversos procedimentos administrativos, incluindo das autarquias locais, e introduz alterações ao Código do Procedimento Administrativo;**
6. **Discussão e votação dos seguintes requerimentos:**
  - **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição da Ministra de Estado e da Presidência sobre o programa de reinstalação de refugiados e menores não acompanhados provenientes dos campos de refugiados da Grécia;**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 7/XIV/ 2.ª SL**

- Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição do Ministro da Administração Interna sobre a situação dos migrantes presos em estabelecimentos prisionais e militares e sobre as condições dos Centros de Instalação Temporária e dos espaços equiparados;
  - Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição do Ministro da Administração Interna para prestar esclarecimentos sobre que medidas o Governo está a tomar para prevenir novos desembarques de migrantes na costa algarvia e para promover o realojamento daqueles que já se encontram em território nacional em condições que previnam as fugas esporádicas como as que têm ocorrido;
7. Apreciação e votação das atas n.ºs 55 e 56/XIV/1.ª (correspondentes às reuniões de 30 de julho e 9 de setembro de 2020), bem como, das atas n.ºs 1 a 5/XIV/2.ª (correspondentes às reuniões entre 16 e 30 de setembro de 2020);
8. Outros assuntos.

11:15 horas - Audição do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) para apresentação dos pareceres sobre funcionamento do SIRP referentes ao ano de 2019 e ao 1.ª semestre de 2020.

Aberta a [reunião](#) pelo Senhor Presidente, Deputado Luís Marques Guedes, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

**PROPOSTAS DE LEI**

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	DISTRIBUIÇÃO COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
PPL 57/XIV/1.ª (GOV)	<a href="#">Transpõe a Diretiva (UE) 2018/958, relativa a um teste de proporcionalidade a realizar antes da aprovação de nova regulamentação das profissões</a> Conexão 1.ª Comissão Sendo competente a 10.ª CTSS	29-09-2020	2020-09-29	07-10-2020	<b>Artur Soveral Andrade (PSD) (tendo sido comunicado à 10.ª CTSS (competente) a decisão de emissão de pronúncia da 1.ª Comissão)</b>
PPL 59/XIV/1.ª (GOV)	<a href="#">Procede à simplificação dos procedimentos associados ao reconhecimento das qualificações profissionais, transpondo a Diretiva 2005/36/CE</a> Conexão 1.ª Comissão Sendo competente a 10.ª CTSS	29-09-2020	2020-09-29	07-10-2020	<b>Artur Soveral Andrade (PSD) (tendo sido comunicado à 10.ª CTSS (competente) a decisão de emissão de pronúncia da 1.ª Comissão)</b>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 7/XIV/ 2.ª SL

PROJETOS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	DISTRIBUIÇÃO COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
PJL 527/XIV/2.ª (CH)	<a href="#">Alteração ao Código Penal, agravando a pena prevista para quem infligir maus tratos a animais de companhia</a>	29-09-2020	2020-09-29	07-10-2020	<i>Deputada Inês Sousa Real (PAN) – a confirmar Consultas a promover: CSM, CSMP, OA</i>
PJL 531/XIV/2.ª (CH)	<a href="#">Pela proteção do bem-estar animal em contexto de abate religioso</a> . Conexão 1.ª Comissão Sendo competente a 7.ª CAM	30-09-2020	2020-09-30	07-10-2020	<b>Deputado Pedro Delgado Alves (PS) 07-10-2020 (foi comunicado via email à 7.ª CAM competente a emissão de pronúncia da 1.ª Comissão)</b>
PJL 546/XIV/2.ª (Ninsc Cristina Rodrigues)	<a href="#">Promove o reforço dos direitos dos estrangeiros e apátridas detidos em centros de instalação temporária</a>	30-09-2020	2020-09-30	07-10-2020	<b>Deputada Romualda Fernandes (PS) Consultas a promover: CSM, CSMP, OA, Conselho para as Migrações e SEF</b>
PJL 547/XIV/2.ª (PS)	<a href="#">Altera disposições das leis eleitorais para o Presidente da República, a Assembleia da República e dos órgãos das autarquias locais, as leis orgânicas do regime do referendo e do referendo local e o regime jurídico do recenseamento eleitoral, alargando o voto em mobilidade e simplificando e uniformizando disposições transversais à realização de atos eleitorais e referendários</a>	02-10-2020	02-10-2020	agendado para a reunião plenária de dia 9 de outubro	<b>Deputado Pedro Delgado Alves (PS) (02.10.2020)</b> <i>Consultas a promover: CSM, CSMP, OA, ANMP, ANAFRE e CNE</i>
PJL 548/XIV/2.ª (PS)	<a href="#">Harmoniza a Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu com as disposições em vigor na ordem jurídica portuguesa sobre perda de mandato de titulares de cargos eletivos</a>	02-10-2020	02-10-2020	agendado para a reunião plenária de dia 9 de outubro	<b>Considerada precluída a oportunidade de elaboração de parecer</b> <i>Consultas a promover: CSM, CSMP, OA, ANMP, ANAFRE e CNE</i>
PJL 549/XIV/2.ª (PS)	<a href="#">Estabelece um regime excepcional de voto antecipado na eleição do Presidente da República para os eleitores a quem foi decretado confinamento obrigatório, decorrente da epidemia SARS-</a>	02-10-2020	02-10-2020	agendado para a reunião plenária de dia 9 de outubro	<b>Deputado Pedro Delgado Alves (PS) (02.10.2020)</b> <i>Consultas a promover: CSM, CSMP, OA, ANMP,</i>

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 7/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL**

	<a href="#">CoV-2 e da doença COVID-19, no respetivo domicílio ou noutra local definido pelas autoridades de saúde que não em estabelecimento hospitalar</a>				<i>ANAFRE, CNE e DG de Saúde</i>
--	--	--	--	--	----------------------------------

**PROJETO DE RESOLUÇÃO**

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO	ANÚNCIO COMISSÃO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO
PJR 669/XIV/2. <sup>a</sup> (CDS-PP)	<a href="#">Revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de agosto</a>	29-09-2020	2020-09-29	07-10-2020	O Proponente indicou que pretende a discussão em Comissão
PJR 675/XIV/2. <sup>a</sup> (PS)	<a href="#">Determina a preparação da consolidação da legislação procedimental eleitoral</a>	01-10-2020	01-10-2020	07-10-2020	agendado para a reunião plenária de dia 9 de outubro

Não havendo projetos de voto para anunciar, passou-se ao terceiro ponto da ordem do dia, tendo a Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS) apresentado o seu parecer, a solicitação do Presidente da Assembleia da República (Despacho n.º 58/XIV (PAR), sobre a constitucionalidade, nomeadamente quanto ao cumprimento dos requisitos de admissibilidade, do [Projeto de Revisão Constitucional n.º 3/XIV/2.<sup>a</sup>](#) (CH) - Altera diversas normas constitucionais.

Após a apresentação do parecer e da conclusão, o Senhor Presidente sugeriu a inclusão de uma segunda conclusão no sentido de se deixar clarificado que *“deve ser no próprio processo de revisão constitucional que os projetos são objeto de análise e reflexão sobre a sua conformidade com os princípios e valores constitucionais”*.

Intervieram no debate subsequente os Senhores Deputados Jorge Lacão (PS), António Filipe (PCP), André Ventura (CH), Pedro Delgado Alves (PS), Mónica Quintela (PSD) e José Manuel Pureza (BE).

O Senhor Deputado Jorge Lacão (PS) questionou a Relatora acerca de alguns aspetos do parecer que considerava deverem merecer clarificação, designadamente se entendia que:

- Não podendo a Comissão pronunciar-se sobre o requerido, e sendo admitida a iniciativa, se abriria um processo de revisão constitucional;

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 7/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL**

- b) No decurso do processo, o projeto ou projetos forem integralmente rejeitados, deles não resultando nenhuma alteração à CRP, ficará precludida a possibilidade de um período de revisão constitucional ou continuará esta latente e, portanto, poderá ser desencadeado tal processo noutra qualquer tempo;
- c) Sendo rejeitado, o seu autor poderá voltar a apresentar o mesmo projeto na mesma sessão legislativa ou se ficará impossibilitado de o renovar na mesma sessão.

Os Senhores Deputados António Filipe (PCP), Pedro Delgado Alves (PS), Mónica Quintela (PSD) e José Manuel Pureza (BE) manifestaram a sua concordância com o teor do parecer e com a sugestão do Senhor Presidente, no sentido de não ser constitucionalmente possível à Comissão obstar à admissão do Projeto e a que a sua tramitação decorra, sem embargo de, com exceção do proponente – Deputado André Ventura (CH), que concordou com a avaliação da relatora acerca dos requisitos regimentais e constitucionais de admissibilidade e reconheceu a impossibilidade de renovação da iniciativa, se rejeitada, na mesma sessão -, todos terem considerado haver violação manifesta de vários princípios constitucionais e, sobretudo, vários limites materiais de revisão – todos identificados no Despacho do PAR -, a debater na sede própria: o processo de revisão constitucional, a ocorrer em comissão eventual criada para o efeito.

O Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE) sublinhou ainda ser seu entendimento que o parecer não introduzia uma rutura com os pareceres da Comissão relativos a juízos de inconstitucionalidade sobre iniciativas legislativas, uma vez que a natureza diferente da matéria – iniciativa de revisão constitucional – determina uma conclusão diferente: que a Comissão não tenha competência para juízos preliminares acerca da constitucionalidade de iniciativas de revisão constitucional, que têm regras próprias.

Interveio, por fim, a Deputada Relatora, que, concordando com esta última intervenção, reiterou que o seu parecer não abria o precedente de não pronúncia sobre a constitucionalidade de iniciativas, uma vez que em causa estava um projeto de revisão constitucional, cujo parâmetro material de apreciação são os limites materiais de revisão. Considerou que, sendo rejeitado o presente Projeto, não ficaria prejudicada a possibilidade de qualquer deputado iniciar um processo de revisão ordinária (contando-

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 7/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL**

se o prazo a partir da última lei de revisão) e que, nesse caso, poderia não ficar limitado o poder de iniciativa do atual proponente num novo processo de revisão constitucional.

Após o debate, o parecer foi aprovado com votos a favor do PS, do PSD, do BE, do PCP e da Deputada Não Inscrita Joacine Katar Moreira e o voto contra do DURP do CH, na ausência do PAN e do CDS-PP.

No quarto ponto, procedeu-se à apreciação do parecer sobre os [Projetos de Lei n.ºs 505/XIV/1.<sup>a</sup> \(PSD\)](#) - *Alarga o voto antecipado aos eleitores que se encontrem em confinamento obrigatório no âmbito de uma situação de grave risco para a saúde pública, procedendo à vigésima segunda alteração à Lei Eleitoral do Presidente da República, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, à décima sétima alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia da República, aprovada pela Lei n.º 14/79, de 16 de maio, à décima alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a eleição para os titulares dos órgãos das autarquias locais, à sétima alteração à Lei n.º 15-A/98, de 3 de abril (Lei Orgânica do regime do referendo), à primeira alteração ao Regime jurídico do referendo regional na Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Lei Orgânica n.º 2/2015, de 12 de fevereiro, e à quarta alteração ao Regime jurídico do referendo local, aprovado pela Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto; [547/XIV/1.<sup>a</sup> \(PS\)](#) - *Altera disposições das leis eleitorais para o Presidente da República, a Assembleia da República e dos órgãos das autarquias locais, as leis orgânicas do regime do referendo e do referendo local e o regime jurídico do recenseamento eleitoral, alargando o voto em mobilidade e simplificando e uniformizando disposições transversais à realização de atos eleitorais e referendários e* [549/XIV/1.<sup>a</sup> \(PS\)](#) - *Estabelece um regime excecional de voto antecipado na eleição do Presidente da República para os eleitores a quem foi decretado confinamento obrigatório, decorrente da epidemia SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, no respetivo domicílio ou noutra local definido pelas autoridades de saúde que não em estabelecimento hospitalar, que foi apresentado pelo respetivo Relator, Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS), e, no final, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do CDS-PP, do PAN, do Deputado único representante do CH e da Deputada Não Inscrita Cristina Rodrigues. Intervieram no debate que antecedeu a votação o Senhor**

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 7/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL

Deputado Hugo Carneiro (PSD) e o Relator, que convergiram no entendimento de que a matéria deve suscitar a intervenção da Assembleia da República e de, de forma alargada, poder ser consensualizada a melhor solução para a criação de um instrumento legal que permita precisamente ampliar o direito de voto, incluindo em situações que não se poderia antecipar.

Os trabalhos prosseguiram com a discussão e votação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 49/XIV/1.ª \(GOV\)](#) - *Promove a simplificação de diversos procedimentos administrativos, incluindo das autarquias locais, e introduz alterações ao Código do Procedimento Administrativo.*

A Proposta de Lei em epígrafe, da iniciativa do Governo, baixara à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias para discussão e votação na especialidade, em 10 de julho de 2020, após discussão e aprovação na generalidade, na mesma data.

A 13 de julho 2020, foram solicitados pareceres às seguintes entidades: [Conselho Superior da Magistratura](#), [Conselho Superior do Ministério Público](#), [Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais](#), [Ordem dos Advogados](#), [Associação Nacional de Municípios Portugueses](#) e [Associação Nacional de Freguesias](#).

Em 29 de setembro de 2020, o Grupo Parlamentar do PS [apresentou propostas de alteração](#) da iniciativa em apreciação. Também o Grupo Parlamentar do PAN apresentou [propostas de alteração](#) na mesma data.

Na reunião, na qual se encontravam presentes os Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do BE, do PCP, do CDS-PP, do PAN, do DURP do CH e das Deputadas não inscritas Joacine Katar Moreira e Cristina Rodrigues, procedeu-se à discussão na especialidade da Proposta de Lei e das propostas de alteração apresentadas. Intervieram na discussão que antecedeu a votação os Senhores Deputados Pedro Delgado Alves (PS) e Cencel de Moura (PSD), que debateram algumas das soluções preconizadas nas propostas do PS e aludiram aos pareceres recebidos.

Da votação resultou o seguinte:

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 7/XIV/ 2.ª SL**

**Propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS:**

- **Artigo 5.º, n.º 4, in fine do CPA – aprovada** com votos a favor do PS, contra do PSD e do PAN e a abstenção do BE, PCP, CDS-PP e Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

- **Artigo 5.º, n.º 4, inciso inicial do CPA – aprovada** com votos a favor do PS, e a abstenção do PSD, BE, PCP, CDS-PP, PAN e Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

- **Artigo 87.º do CPA (proposta de eliminação da alteração do artigo promovida pela PPL 49) – aprovada** com votos a favor do PS e do PSD e a abstenção do BE, PCP, CDS-PP, PAN e Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

- **Artigo 113.º, n.º 6 do CPA – aprovada** com votos a favor do PS, contra do PSD e a abstenção do BE, PCP, CDS-PP, PAN e Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

- **Artigo 115.º do CPA (proposta de eliminação da alteração do artigo promovida pela PPL 49) – aprovada** com votos a favor do PS e do PSD e a abstenção do BE, PCP, CDS-PP, PAN e Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

- **Restantes propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS – aprovadas** com votos a favor do PS e a abstenção do PSD, BE, PCP, CDS-PP, PAN e Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

**Proposta de aditamento de um artigo 9.º-A (preambular) apresentada pelo Grupo Parlamentar do PAN – rejeitada** com votos contra do PS, a favor do PAN e a abstenção do PSD, BE, PCP, CDS-PP, PAN e Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

**Articulado remanescente (não objeto de propostas de alteração) da Proposta de Lei n.º 49/XIV/1.ª (GOV) - aprovado** com votos a favor do PS e a abstenção do PSD, BE, PCP, CDS-PP, PAN e Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 7/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL

Foram efetuados os necessários aperfeiçoamentos de legística, tendo da votação resultado o texto final da Proposta de Lei n.º 49/XIV/1.<sup>a</sup> (PS) para submissão a votação final global.

No ponto seguinte, foram apreciados os seguintes requerimentos:

- para audição da Ministra de Estado e da Presidência, sobre o programa de reinstalação de refugiados e menores não acompanhados provenientes dos campos de refugiados da Grécia ([apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE](#)) – que foi aprovado por unanimidade;
- para audição do Ministro da Administração Interna, sobre a situação dos migrantes presos em estabelecimentos prisionais e militares e sobre as condições dos Centros de Instalação Temporária e dos espaços equiparados ([apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE](#)), que foi aprovado com votos a favor do PS, PSD, BE, PCP, CDS-PP, PAN e Deputadas Não Inscritas e a abstenção do DURP do CH;
- para audição do Ministro da Administração Interna, para prestar esclarecimentos sobre que medidas o Governo está a tomar para prevenir novos desembarques de migrantes na costa algarvia e para promover o realojamento daqueles que já se encontram em território nacional em condições que previnam as fugas esporádicas como as que têm ocorrido ([apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD](#)), que foi aprovado com votos a favor do PS, PSD, BE, PCP, CDS-PP, PAN e Deputadas Não Inscritas e a abstenção do DURP do CH. Intervieram, para apresentação dos requerimentos e no debate que antecedeu a votação, os Senhores Deputados Beatriz Gomes Dias (BE), Susana Amador (PS), Duarte Marques (PSD), Telmo Correia (CDS-PP) e a Deputada Não Inscrita Joacine Katar Moreira. A final, o Senhor Presidente anunciou que a apreciação da matéria dos dois últimos requerimentos seria realizada numa mesma audição do Ministro da Administração Interna e recordou que o PAN apresentara na véspera ao final do dia um requerimento com objeto conexo com o dos requerimentos apreciados, que, caso fosse dispensada, pelo requerente, a sua apreciação e votação em próxima reunião da Comissão, poderia ser também objeto da mesma audição.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 7/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL

Foram ainda aprovadas por unanimidade dos presentes as atas n.ºs 55 e 56/XIV/1.<sup>a</sup> (correspondentes às reuniões de 30 de julho e 9 de setembro de 2020), bem como as atas n.ºs 1 a 5/XIV/2.<sup>a</sup> (correspondentes às reuniões entre 16 e 30 de setembro de 2020).

No ponto reservado a outros assuntos, o Senhor Presidente deu conta de que a Comissão recebera, para conhecimento e apreciação, a [COM\(2020\)609](#) - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre um novo Pacto em matéria de Migração e Asilo.

Às 11 horas e quinze minutos teve início a audição do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) para apresentação dos pareceres sobre o funcionamento do SIRP referentes ao ano de 2019 e ao 1.<sup>a</sup> semestre de 2020, que se fez representar pelos seus três membros: os Senhores Drs. Abílio Morgado e António Rodrigues e o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão.

A audição decorreu à porta fechada, atento o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 36.º da Lei-quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa (aprovada pela Lei n.º 30/84, de 5 de setembro, e alterada pelas Leis n.ºs 4/95, de 21 de fevereiro, 15/96, de 30 de abril, 75-A/97, de julho, e pelas Leis Orgânicas n.ºs 4/2004, de 6 de novembro, e 4/2014, de 13 de agosto - que a republicou), sendo o seu conteúdo sigiloso por força do mesmo normativo.

O Senhor Presidente começou por dar a palavra, para uma intervenção inicial, ao Senhor Dr. Abílio Morgado, Presidente do CFSIRP. Em seguida, intervieram para colocar questões as Senhoras e os Senhores Deputados Jorge Lacão (PS), André Coelho Lima (PSD) e António Filipe (PCP), às quais o Senhor Dr. Abílio Morgado e o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão responderam no final conjuntamente.

Na segunda ronda de intervenções, usaram da palavra a Senhora Deputada Joacine Katar Moreira (Ninsc) e os Senhores Deputados José Magalhães (PS) e André Coelho



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 7/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL**

Lima (PSD), tendo colocado questões às quais o Senhor Dr. Abílio Morgado respondeu conjuntamente no final.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas e 15 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 7 de outubro de 2020

O Presidente da Comissão

*(Luís Marques Guedes)*

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 7/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

André Coelho Lima  
André Neves  
André Ventura  
António Filipe  
Cláudia Santos  
Elza Pais  
Inês de Sousa Real  
Isabel Alves Moreira  
Isabel Rodrigues  
Jocine Katar Moreira  
Joana Sá Pereira  
José Magalhães  
José Manuel Pureza  
Luís Marques Guedes  
Márcia Passos  
Mónica Quintela  
Pedro Delgado Alves  
Rita Borges Madeira  
Romualda Fernandes  
Sandra Cunha  
Sandra Pereira  
Sara Madruga da Costa  
Telmo Correia  
Beatriz Gomes Dias  
Catarina Rocha Ferreira  
Duarte Marques  
Emília Cerqueira  
Hugo Carneiro  
Jorge Lação  
José Cancela Moura  
Lina Lopes  
Paulo Porto  
Susana Amador

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Artur Soveral Andrade  
José Apolinário

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: